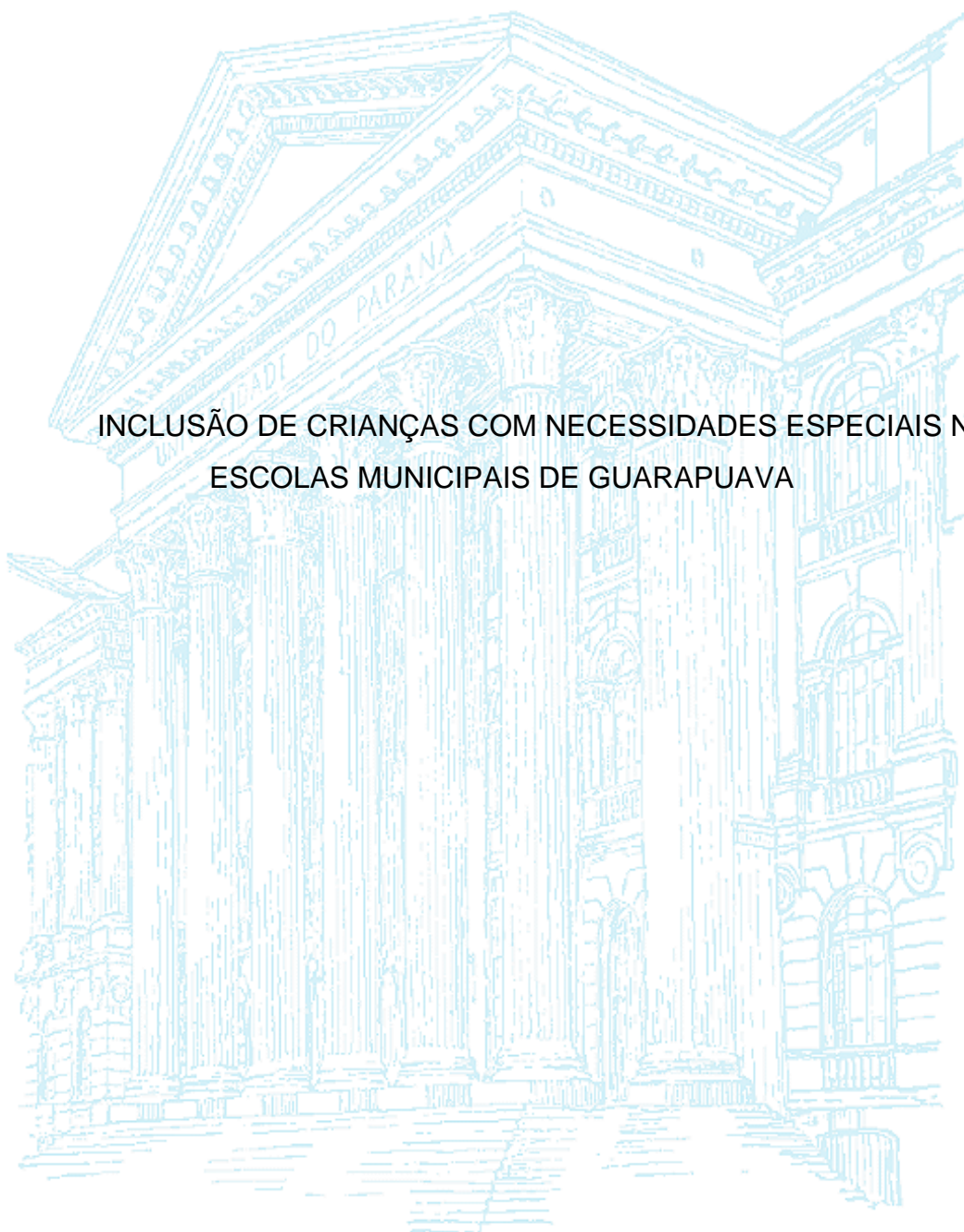


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FLORA CHOCHUK MICHELETTO

INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NAS
ESCOLAS MUNICIPAIS DE GUARAPUAVA



IRATI

2015

FLORA CHOCHUK MICHELETTO



INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NAS
ESCOLAS MUNICIPAIS DE GUARAPUAVA

Artigo apresentado para obtenção do título de Especialista em Educação em Direitos Humanos no curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Professora Dra.: Marília Pinto Ferreira Murata.

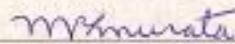
IRATI

2015

PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela **Orientadora** Prof.^a Dr.^a **MARÍLIA PINTO FERREIRA MURATA** realizaram em 27/06/2015 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **FLORA CHOCHUK MICHELETTO**, sob o título "*Inclusão de crianças com necessidades especiais nas escolas municipais de Guarapuava*", para obtenção do Título de Especialista em *Educação em Direitos Humanos* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido nota "9,0", conceito "APL".

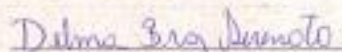
Irati, 27 de junho de 2015.



Prof.^a Dr.^a Marília Pinto Ferreira Murata
Orientadora - Professora do Curso de
Especialização Educação em Direitos
Humanos – Pólo Irati



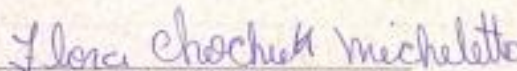
Prof.^a MSc. Cristiane Rocha Silva
Professora do Curso de Especialização
Educação em Direitos Humanos



Prof.^a Delma Bráz Serenato
Tutora do Curso de Especialização
Educação em Direitos Humanos – Pólo
Pontal do Paraná



Prof.^a Dr.^a Afonso Takao Murata
Professor do Curso de Especialização
Educação em Direitos Humanos



FLORA CHOCHUK MICHELETTO
Estudante do Curso de Especialização Educação em Direitos Humanos
UFPR Setor Litoral

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Prof^a. Dr^a Marilía Pinto Ferreira Murata, pelo acompanhamento, orientação e amizade. Ao Curso de Especialização Curso de Especialização Educação em Direitos Humanos da Universidade Federal do Paraná Pólo Pontal do Paraná, na pessoa de seu coordenador Prof^o. Dr. Afonso Takao Murata pelo apoio recebido, a tutora presencial Delma Braz Serenato pelo excelente serviço prestado ao alunos. E ainda aos familiares e amigos por me apoiarem nos momentos difíceis.

RESUMO

O presente estudo aborda a realidade das escolas municipais de Guarapuava - PR bem como das perspectivas dos professores atuantes nas mesmas acerca do atendimento educacional especializado ofertado pela rede municipal de ensino. Para tanto abordamos alguns marcos históricos sobre a educação inclusiva nacional e internacional, abordamos ainda a formação de professores; a legislação vigente para melhor compreender os direitos que amparam alunos com necessidades educacionais especiais inclusos na rede regular de ensino regular; utilizamos como ferramenta a pesquisa de campo, que levantou questões sobre a visão dos professores e as dificuldades da inclusão. Desta forma, o objetivo deste trabalho é discutir o contexto da educação inclusiva no Brasil, sua legislação e as principais dificuldades dos educadores do município de Guarapuava. Os resultados nos apontam a grande insatisfação dos professores quanto aos recursos precários para a realização do trabalho de atendimento educacional especializado.

Palavras-chave: Educação. Educação Inclusiva. Formação para AEE.

ABSTRACT

This study addresses the reality of public schools in Guarapuava - PR as well as the perspectives of teachers working under the same about specialized education offered by public schools. Therefore we address some landmarks on the national and international inclusive education, yet approach the teacher training; current legislation to better understand the rights that support students with special educational needs included in the regular network of regular education; We used as a tool to field research, which raised questions about the teachers' vision and the difficulties of inclusion. Thus, the aim of this paper is to discuss the context of inclusive education in Brazil, their legislation and the main difficulties of teachers in the municipality of Guarapuava. The results point to the great dissatisfaction of teachers on the precarious resources for the implementation of specialized educational assistance work.

Keywords: Education . Inclusive Education . Training for ESA.

SUMÁRIO

RESUMO	IV
RESUMEN	IV
1. INTRODUÇÃO	7
2. MARCOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO BRASILEIRO E MUNDIAL	12
2.1 A FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL.....	15
3. OBJETIVOS	18
4. MATERIAIS E MÉTODOS	19
5. INCLUSÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE GUARAPUVA-PR, RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA	20
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25
ANEXOS	27

1 INTRODUÇÃO

Pensar em inclusão de fato nos remete a ideia de exclusão, uma vez que em nosso país muitos grupos são afetados pelo preconceito e discriminação que de certo modo estão arraigados na mentalidade medíocre de muitas pessoas, dentre esses grupos podemos destacar: negros, índios, mulheres, pessoas com necessidades especiais, homossexuais, idosos, pessoas em desvantagem financeira, portadores de AIDS, entre outros. Veja o que Hamze, 2014, destaca sobre o conceito de inclusão, para a autora:

“o conceito de inclusão já trás subentendido a ideia de exclusão, tendo como pano de fundo a ideia de que só é possível incluir alguém que já foi excluído, e isto estabelece empenho de todos permitindo que a escola possa ser vista como um espaço de construção e de conhecimento, e não como instância de discriminação”.

Neste contexto Garcia, 2012, aponta para a emergência de uma Proposta Pedagogia que contemple todos os sujeitos sociais e não apenas uma Proposta que contemple pessoas com deficiências, visto que esta seria uma das primeiras barreiras atitudinais, a autora ainda destaca que “As barreiras atitudinais não são únicas, elas surgem à medida que a sociedade se transforma. Assim, novos contextos deparam-se com novas barreiras que surgem de diferentes formas”.

A seguir algumas das barreiras atitudinais do ambiente escolar destacadas por Garcia, 2012:

- Ignorância: desconhecer a potencialidade do aluno com deficiência.
- Medo: ter receio de receber a um aluno com deficiência, ou mesmo a um outro profissional da Educação que apresente alguma deficiência; temer em “fazer ou dizer a coisa errada” em torno de alguém com uma deficiência.
- Rejeição: recusar-se a interagir com a pessoa com deficiência, um aluno, familiares deste ou outro operador da educação.

- Percepção de menos-valia: avaliação depreciativa da capacidade, sentimento de que o aluno com deficiência não poderá ou só poderá em parte.
- Inferioridade: acreditar que o aluno com deficiência não acompanhará os demais. Isso é incorrer num grave engano, pois todas as pessoas apresentam ritmos de aprendizagem diferentes. Assim sendo, ninguém acompanha ninguém; cada um faz seu percurso singularmente, mesmo a proposta docente sendo coletiva e una.
- Piedade: sentir-se pesaroso e ter atitudes protetoras em relação ao aluno com deficiência. Estimular a classe a antecipar-se às pessoas com deficiência, realizando as atividades por elas, atribuindo-lhes uma pseudo-participação.
- Adoração do herói: considerar um aluno como sendo “especial”, “excepcional” ou “extraordinário”, simplesmente por superar uma deficiência ou por fazer uma atividade escolar qualquer; elogiar, exageradamente a pessoa com deficiência pela mínima ação realizada na escola, como se inusitada fosse sua capacidade de viver e interagir com o grupo e o ambiente.
- Exaltação do modelo: usar a imagem do estudante com deficiência como modelo de persistência e coragem diante os demais.
- Percepção de incapacidade intelectual: evitar a matrícula dos alunos com deficiência na instituição escolar, não deixando que eles demonstrem suas habilidades e competências. Achar que ter na sala de aula um aluno com deficiência é um fato que atrapalhará o desenvolvimento de toda a turma.
- Efeito de propagação (ou expansão): supor que a deficiência de um aluno afeta negativamente outros sentidos, habilidades ou traços da personalidade. Por exemplo, achar que a pessoa com deficiência auditiva tem também deficiência intelectual.
- Estereótipos: pensar no aluno com deficiência comparando-o com outros com mesma deficiência, construindo generalizações positivas e/ou negativas sobre as pessoas com deficiência.
- Compensação: acreditar que os alunos com deficiência devem ser compensados de alguma forma; minimizar a intensidade das atividades pedagógicas; achar que os alunos com deficiência devem receber vantagens.
- Negação: desconsiderar as deficiências do aluno como dificuldades na aprendizagem.

- Substantivação da deficiência: referir-se à falta de uma parte ou sentido da pessoa como se a parte “faltante” fosse o todo. Ex: o deficiente mental, o cego, o “perneta”, etc. Essa barreira faz com que o aluno com deficiência perca sua identidade em detrimento da deficiência, fragilizando sua auto-estima e o desejo de aprender e estar na escola.
- Comparação: comparar os alunos com e sem deficiência, salientando aquilo que o aluno com deficiência ainda não alcançou em relação ao aluno sem deficiência, colocando este em posição superior ao primeiro. Na comparação, não se privilegiam os ganhos dos alunos, mas ressaltam-se suas “falhas”, “faltas” e “deficiências”.
- Atitude de segregação: acreditar que os alunos com deficiência só poderão conviver com os de sua mesma faixa etária até um dado momento e que, para sua escolarização, elas deverão ser encaminhadas à escola especial, com profissionais especializados.
- Adjetivação: classificar a pessoa com deficiência como “lenta”, “agressiva”, “dócil”, “difícil”, “aluno-problema”, “deficiente mental”, etc. Essa adjetivação deteriora a identidade dos alunos.
- Particularização: afirmar, de maneira restritiva, que o aluno com deficiência está progredindo à sua maneira, do seu jeito, etc.; achar que uma pessoa com deficiência só aprenderá com outra com a mesma deficiência.
- Baixa expectativa: acreditar que os alunos com deficiência devem realizar apenas atividades mecânicas, exercícios repetitivos; prever que o aluno com deficiência não conseguirá interagir numa sala regular. Muitos professores passam toda a vida propondo exercícios de cópia, repetição. Isso não ajuda o aluno a descobrir suas inteligências, competências e habilidades múltiplas.
- Generalização: generalizar aspectos positivos ou negativos de um aluno com deficiência em relação a outro com a mesma deficiência, imaginando que ambos terão os mesmos avanços, dificuldades e habilidades no processo educacional.
- Padronização: fazer comentários sobre o desenvolvimento dos alunos, agrupando-os em torno da deficiência; conduzir os alunos com deficiência às atividades mais simples, de baixa habilidade, ajustando os padrões ou, ainda, esperar que um aluno com deficiência aprecie a oportunidade de

apenas estar na escola (achando que, para esse aluno, basta a integração quando, de fato, o que lhe é devido é a inclusão).

- Assistencialismo e superproteção: impedir que os alunos com deficiência experimentem suas próprias estratégias de aprendizagem, temendo que eles fracassem; não deixar que os alunos com deficiência explorem os espaços físicos da escola, por medo que se machuquem; não avaliar o aluno pelo seu desenvolvimento, receando que ele se sinta frustrado com alguma avaliação menos positiva.

Assim percebemos que a situação da exclusão no Brasil é bastante delicada e atinge muitas pessoas, mas por outro lado também percebe-se que a temática da inclusão vem ganhando seu espaço através da expansão dos Direitos Humanos por meio das mídias e das políticas públicas, assim busca-se cada vez mais estratégias que ofereçam oportunidades dignas para todas as pessoas que fazem parte dos grupos mais vulneráveis em nosso país, visto que a temática vem ganhando força e espaço na educação do mundo todo.

Embora o assunto da inclusão seja bastante amplo neste estudo vamos nos limitar a abordar apenas a inclusão dos alunos com necessidades especiais em sala de aula, uma vez que a educação inclusiva é uma realidade no Brasil e no mundo, com isso se faz necessário atender as múltiplas necessidades dos alunos matriculados na rede regular de ensino, digo mais atendê-los de forma digna e responsável, trabalho este que vem a ser um dos maiores desafios da atualidade para os professores, pois muitas vezes a formação que tem não é suficiente para um atendimento adequado.

Neste sentido ainda a muito que se fazer para que a inclusão educacional se efetive, ou seja, para que a mesma seja ofertada de forma adequada, investimentos financeiros se fazem necessários, inicialmente esbarramos na questão da acessibilidade, pois ainda há muitas adaptações físicas para se fazer neste sentido, tão logo vem a questão da formação e capacitação do profissional bem como a disponibilidade de materiais necessários ao público da inclusão. Nesse sentido Ferreira, p.1, afirma que as condições educacionais ainda são desiguais para os estudantes com necessidades especiais e que os mesmos ainda são

frequentemente discriminados pela sociedade em geral, assim o autor aponta para a urgência da:

“aquisição de conhecimentos relevantes na área de deficiência e direitos humanos por parte de educadore(a)s e comunidades escolares. Os direitos das pessoas com deficiência têm sido sistematicamente violados e os educadores/as, em cada escola brasileira, devem se tornar agentes de combate de sua invisibilidade, a fim de assegurarem seus direitos à dignidade humana.(FERREIRA, 2008, p.2).

Segundo as Políticas Nacionais para a Educação Inclusiva é dever dos sistemas de ensino “disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras” ações que se façam necessárias. (BRASIL, 2008, P.17).

Ainda ao que diz respeito ao atendimento educacional especializado o artigo 3º do Decreto nº 7.611 de novembro de 2011, nos traz que:

Art. 3º São objetivos do atendimento educacional especializado:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino.

Na sequência para compreensão do tema discutimos também o contexto da educação inclusiva no Brasil e no mundo alguns marcos históricos, as mudanças históricas na formação de docentes e a LDB, conforme trataremos nos capítulos seguintes.

2 MARCOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO BRASILEIRO E MUNDIAL

Em nosso país apesar dos avanços acerca da inclusão, não é algo comum nos depararmos com pessoas com necessidades especiais em locais públicos, visto que muitas vezes estes estão exilados em suas casas discriminados pela sociedade e excluídos por seus próprios familiares, isso sem contar que em nosso país ainda existem comunidades isoladas que possuem práticas da Idade Antiga, os quais eliminam recém-nascidos se estes possuírem alguma deficiência, em vista disso penso que antes de qualquer coisa devemos desenvolver nas pessoas a aceitação pelo outro, a fim de erradicar qualquer forma de discriminação.

Pensando assim foi que surgiram as primeiras políticas mundiais com intuito de incluir na sociedade as pessoas das camadas mais vulneráveis, bem como de erradicar a discriminação, podemos destacar aqui a Convenção Internacional Contra a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (ONU, 1968), onde destaca que:

“todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação e contra qualquer incitamento à discriminação”.

Destacamos também o estatuto das pessoas com necessidades especiais, o qual destaca a discriminação em seu 9º artigo onde afirma que:

“Art. 9º Nenhuma pessoa com deficiência será objeto de discriminação. § 1º Considera-se discriminação qualquer distinção, restrição ou exclusão em razão da deficiência, mediante ação ou omissão, que tenha o propósito ou efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e liberdades fundamentais”.

Antes de destacarmos outros marcos importantes ressaltamos que precisamos que as ações governamentais estejam mais comprometidas com as mudanças em relação à inclusão. Ainda podemos destacar outros marcos internacionais como

aliados são eles: Convenção dos Direitos da Criança (ONU 1989), Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), vista como a mais importante para a educação, uma vez que é considerada a base da educação inclusiva e a Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU, 2008).

Já em nosso país os primeiros rumores a respeito dos direitos das pessoas com necessidades especiais surgiram no final da década de 40 sobre a influência da Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas de fato documentos legais que asseguram os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais começam a surgir após a Constituição Federal (BRASIL, 1988), a qual nos traz em seu artigo 208, parágrafo III, que é dever do Estado prestar atendimento especializado no ensino regular: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Na sequência ainda destacamos outros documentos considerados bastante relevantes são eles: Lei 7853/89 a qual garante a integração social das pessoas com necessidades especiais, a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência-CORDE foi reestruturada a partir da lei 7853/89, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN - (Lei 9394/96), Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – CNE/CBE nº 02/2001, Lei de Acessibilidade (10.098/2000 regulamentada em 2004 por decreto- lei), a qual determina no art. 2º que:

“Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educativas especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (MEC/SEESP, 2001).

Assim documentos apontam que inicialmente a educação inclusiva passou por várias dificuldades a mesma surgiu como educação especial com a finalidade de separar, ou seja, agrupar alunos “normais e anormais”, tornando-se normal a criação de instituições e escolas especializadas para o atendimento dos alunos com “deficiência” como eram vistos pela sociedade, ou ainda mantendo dentro da escola convencional as classes especiais.

Posteriormente a educação especial começa a ser discutida de modo a não ser mais ofertada de forma isolada, onde de certa forma os alunos eram excluídos do convívio social e sim a ser incluída na rede regular de ensino, com isso em 2007 é criada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a qual estabelece uma:

“Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas” (BRASIL, 2008, p. 8).

Com isso o MEC (Ministério da Educação e Cultura), recomenda que as entidades educacionais adotem estratégias para que alunos com necessidades especiais sejam atendidos no ensino regular, uma vez que a educação inclusiva está fundamentada pela legislação brasileira, fator que torna sua oferta obrigatória ao público que dela necessitar, pois segundo Hamze, 2014, ficou firmado na Declaração de Salamanca, digo acordo firmado com 92 países que “todos os alunos devem aprender juntos, sempre que possível, independente das dificuldades e diferenças que apresentem”.

Assim podemos ver quão importante é a inclusão no ambiente escolar, não apenas no que se refere à aquisição de conhecimentos, mas sim na oportunidade da socialização com as pessoas que fazem parte da comunidade escolar, onde os mesmos sejam vistos como cidadãos de direitos. Portanto fica claro a importância das atividades pedagógicas que propiciem esse convívio bem como a interação

social, trabalho que de certa forma vem a ser o fio condutor para diminuir o preconceito existente para com as pessoas com necessidades especiais. Ideais estes que também são destacados por Ferreira, 2014, p.11, a autora afirma que:

“O combate à discriminação de pessoas com deficiência no espaço escolar só será possível através de ações pedagógicas participativas, que privilegiem as vozes daqueles que as experienciam: os próprios estudantes e suas famílias. Essas ações devem ter como objetivo a conscientização da comunidade escolar e o seu envolvimento como um todo no processo de construção da cultura inclusiva, a partir da qual todos os membros da comunidade passam a acreditar e compreender as razões pelas quais todo(a)s devem ser igualmente valorizados, reconhecidos como iguais, devem se apoiar mutuamente, colaborar entre si e, acima de tudo, devem encontrar as mesmas oportunidades de formação humana, de aprendizagem e de participação na vida escolar (incluindo a sala de aula e o acesso ao currículo), a fim de poderem, no futuro, encontrar chances para se tornarem cidadãos ou cidadãs ativo(a)s e produtivo(a)s na vida adulta”.

Kunc, 1992, citado por Pereira, 2004, p.3, destaca que:

"o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a idéia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo".

Contudo, vemos que apesar da educação inclusiva estar sendo discutida por vários autores e amparada por vários documentos legais, na realidade em muitos casos estes direitos ainda não são cumpridos, ou muitas vezes são cumpridos parcialmente. A partir disto, é o que o presente trabalho busca debater.

2.1 A FORMAÇÃO DOCENTE NO BRASIL

Pode-se alegar que o principal obstáculo da educação inclusiva em nosso país refere-se à formação docente, visto que é raro encontrar profissionais que saibam atender de forma adequada alunos inclusos, isso decorre da falta de investimento em mão de obra, tanto na formação inicial quanto na continuada, pois

se acompanharmos o histórico da formação docente no Brasil percebemos que o descaso é grande.

Vários autores apontam que a formação docente passa por uma reforma mais significativa somente após a promulgação da LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), porém ainda existe muita dificuldade no que diz respeito ao cumprimento da Lei citada acima, ou seja, tudo é muito certo e bonito na teoria, porém na prática nem sempre ocorre. A seguir vejamos o que a Lei no que diz respeito da educação especial a LDB 9394/96 nos traz em seu Capítulo V os artigos 58, 59 e 60:

Art. 58 - Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59 - Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60 - Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público.

Parágrafo único. O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (BRASIL, 1996).

Observa-se que dentre outros direitos a LDB 9394/96 garante aos alunos inclusos professores com formação adequada “para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, artigo 59).

Assim o professor tem o dever garantir apoio ao aluno especial para que este tenha acesso ao ensino, trabalho este que exige muito compromisso, responsabilidade e dedicação. Porém a realidade muitas vezes é um pouco diferente como destaca Pereira, 2004, p.5 onde muitos dos “professores julgam-se incapazes de dar conta dessa demanda, despreparados e impotentes frente a essa realidade que é agravada pela falta de material adequado, de apoio administrativo e recursos financeiros”. Este despreparo dos professores segundo Stainback, 1999, apud por Silva, 2008, p.15, tem afetado o processo de inclusão, pois “alunos com deficiência recebem afinal, pouca educação útil para a vida real, e os alunos sem deficiência experimentam fundamentalmente uma educação que valoriza pouco a diversidade, a cooperação e o respeito por aqueles que são diferentes”.

3 OBJETIVOS

Apesar dos estudos, das políticas públicas e das leis da educação da Educação inclusiva, infelizmente na nossa realidade na maioria das vezes a inclusão é pouco valorizada. A partir disso apontamos a importância da pesquisa a ser realizada em algumas escolas da rede municipal de Guarapuava-PR, a mesma tem por objetivo investigar como está o processo de inclusão em nossa cidade, se de fato o mesmo está sendo cumprido como nos apontam as Leis inclusivas, bem como aferir a visão dos professores frente à temática.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

Para tanto será feito uma pesquisa de campo por meio de um questionário com questões dissertativas e de múltipla escolha, além da teoria baseada em vários autores.

Os professores que participaram da pesquisa são atuantes nas séries iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), e trabalham em escolas da rede pública do município. Foram visitadas de 5 escolas, em bairros variados, visando maior veracidade da pesquisa, onde os professores foram convidados a colaborar com este estudo, por meio da resolução do questionário.

5 INCLUSÃO ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE GUARAPUVA-PR, RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA

De posse dos dados foi possível verificar que a maioria dos entrevistados lecionam a mais de 10 anos em torno de 59%, bem como a maioria são graduados em Pedagogia (82%), apenas quatro são graduados em outras licenciaturas. Dentre os mesmos, quinze são pós-graduados, destes nove tem especialização em Educação especial, os demais tem especialização em Supervisão e Gestão Escolar e em Psicopedagogia.

Nas primeiras questões dissertativas, buscou-se observar o conhecimento prévio dos professores quanto aos conceitos de necessidade educacional especial, onde foi possível observar que a visão dos professores está condizente com os apontamentos teóricos, pois a maioria das respostas foi: *“atendimento diferenciado conforme a necessidade do aluno”, “a necessidade específica de cada educando”, “qualquer necessidade, física, psicológica, intelectual que interfira nas atividades acadêmicas”*, é o que vem de encontro ao MEC (Brasil, 2003) que define necessidade educacional especial como: *“as necessidades educacionais de qualquer aluno, traduzidas como manifestações de dificuldades”*. Na sequência quando foram questionados sobre o que entendem por inclusão a maioria (73%) apontaram para a *“inclusão das pessoas nos ambientes escolar e social sem distinção”*.

Questionamos então se recebeu formação para trabalhar com inclusão em sala de aula, de acordo com as respostas (32%) não tiveram formação alguma e (68%) receberam através de Especialização e/ou formação continuada. Quando a questão foi saber se os mesmos se encontram preparados para o trabalho os dados são no mínimo impactantes, pois apenas (32%) consideram-se aptos, (31%) mais ou menos e (37%) não aptos. Acredito que nós professores deveríamos receber formação para os mais variados tipos de inclusão, porém observasse que ainda a muito a se fazer neste sentido, na questão destacada a seguir percebemos que os professores já se depararam com as mais variadas formas de deficiência em suas práticas diárias.

No entanto apesar de muitos não se considerarem aptos para trabalhar com alunos de inclusão quase (96%) já tiveram alunos inclusos em suas classes, a seguir em ordem decrescente serão elencadas quais os tipos de necessidade educacional especial que estes professores já se depararam: Deficiência física/motora (14,3%); Deficiência intelectual (14,3%); Distúrbios de aprendizagem (14,3%); TDAH (12,4%); Baixa visão (9,5%); Deficiência visual (8,5%); Autismo (7,6%); Deficiência múltipla (6,7%); Deficiência auditiva (5,7%); Cegueira (2,85%); Deficiência auditiva grave (2,85%); Superdotação (0,95%).

Ao questionarmos sobre a adequação do espaço físico (55%) dos entrevistados afirmaram não estar adequado, apenas (45%) possuem acessibilidade arquitetônica com rampas, corrimão, banheiros, corredores e portas adaptadas. Quanto ao material didático (36%) afirmam estar adequado; (41%) afirmam que o material é adaptado pelo professor e (23%) não estar adequado.

Quando questionados se os mesmos recebem apoio da instituição ou entidade mantenedora (77%) afirmam receber, e (23%) dizem não receber nenhum apoio. Já em relação a possuírem recurso multifuncional a maioria das instituições possui quase (90%). Assim, quanto ao encaminhamento de alunos para estas salas foi unânime, e o mesmo se dá após o esgotamento de possibilidades de aprendizado em sala de aula, aí o aluno é encaminhado para avaliação e caso necessário frequenta a sala multifuncional em contra turno.

Finalizando o questionário os profissionais pesquisados apontaram como principal dificuldade a falta de formação, seguida da falta de professor auxiliar, superlotação, a adaptação do espaço físico bem como dos materiais e ainda o olhar diferente para o outro (discriminação).

Contudo observou-se também a falta de aceitação dos próprios professores, pois muitos afirmam-se incapacitados e recusam a trabalhar com alunos inclusos diante de tantas dificuldades.

Diante disto apontamos que o aprendizado dos alunos pode ser comprometido, não basta apenas exercer o direito constitucional da inclusão, pois o objetivo maior que é a aprendizagem torna-se um grande desafio. Assim para a concretização dos direitos de inclusão, profissionais e escolas precisam estar preparados para receber e atender tais necessidades a fim de que a inclusão não se

limite apenas ao cumprimento da lei, mas sim que de fato promova a aprendizagem dos alunos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou conhecer quais os desafios que os professores das séries iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) da cidade de Guarapuava-PR, convivem quanto a inclusão de alunos com necessidades especiais.

Para tanto foi explorado a História da Educação inclusiva, marcos legais nacionais e internacionais, a formação docente, onde verificou-se a necessidade de avanços na temática.

Já entre os profissionais que colaboraram com o presente estudo verificou-se a insatisfação, devido à falta de formação continuada, a falta de recursos para o trabalho, tanto de material didático como de professor auxiliar, a superlotação e até mesmo a discriminação. Assim fica evidente que tanto escola como professores não estão devidamente preparados para este trabalho.

A seguir Alonso (2012) aponta como alternativa as redes de apoio com intuito de melhorar a educação inclusiva, redes estas formadas por: alunos, gestores, docentes famílias e profissionais da saúde que atendem necessidades educacionais especiais. Visto que desta forma, a responsabilidade deixa de ser somente do professor e passa a abranger todos que participam do processo educacional. Acompanhe o trecho a seguir:

Os sistemas de apoio começam na própria escola, na equipe e na gestão escolar. O aluno com necessidades especiais não é visto como responsabilidade unicamente do professor, mas de todos os participantes do processo educacional. A direção e a coordenação pedagógica devem organizar momentos para que os professores possam manifestar suas dúvidas e angústias. Ao legitimar as necessidades dos docentes, a equipe gestora pode organizar espaços para o acompanhamento dos alunos; compartilhar entre a equipe os relatos das condições de aprendizagens, das situações da sala de aula e discutir estratégias ou possibilidades para o enfrentamento dos desafios. Essas ações produzem assuntos para estudo e pesquisa que colaboram para a formação continuada dos educadores. (ALONSO, 2012)

A pesquisa é uma ferramenta muito importante para aprimorar a *práxis* dos educadores, uma vez que trás os estudos teóricos para as discussões da prática,

com vistas a formular adaptações necessárias para o currículo em cada caso de inclusão.

Contudo isto é uma forma, pois sabe-se que ainda há muito que se fazer para adequar as escolas e os professores e alcançar uma educação de qualidade. Porém, a inclusão já é uma realidade e é necessária urgentemente uma mudança de paradigma, onde todos se comportem com responsabilidade e dedicação, a fim de atingir este objetivo. Além disso destaco ainda uma transformação mais profunda na organização das políticas públicas, com objetivo de que as mesmas sejam realmente cumpridas.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Daniela. Os desafios da educação inclusiva: foco nas redes de apoio. Revista Nova Escola. São Paulo: 2012. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/palavra-especialista-desafios-educacao-inclusiva-foco-redes-apoio-734436.shtml?page=4>>. Acesso em: 07 nov. 2013.

BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2003.

_____. Política Nacional de Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acessado em: 25/01/15.

_____. Decreto nº 7.611, Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 17 de novembro de 2011. Presidência da República, Brasil, 2011. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/432201.pdf>>. Acessado em 01/04/15.

_____. Estatuto do Portador de Deficiência e dá outras providências. O Congresso Nacional decreta: LIVRO I PARTE GERAL TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES. Senado Federal, dezembro de 2006. Disponível em <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/432201.pdf>>. Acessado em 01/04/15.

_____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, de 24 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 28/02/2015

_____. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 28/02/2015.

_____. Política Nacional de Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 01/03/15.

FERREIRA, Windyz Brazão. Direitos da Pessoa com Deficiência e Inclusão nas Escolas. 2008. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Direitos Humanos). Disponível: <

http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03_ferreira_direitos_deficiencia.pdf >. Acessado em 02/02/2015.

FRIAS, E. M. A.; MENEZES, M. C. B.; INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS: contribuições ao professor do Ensino Regular. Dissertação PDE (Educação Especial) – Setor de Educação da Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba.

GARCIA, V. Barreiras atitudinais: obstáculos à pessoa com deficiência na escola. 2012. Disponível: < <http://www.deficienteciente.com.br/2012/09/barreiras-atitudinais-obstaculos-a-pessoa-com-deficiencia-na-escola.html#comments> >. Acessado em 05/06/2015.

HAMZE, Amélia. A Inclusão e a defesa dos seus direitos. Barretos, 2014. Disponível: <<http://projetopedagogia2016.blogspot.com.br/>>. Acessado em 22/02/15

ONU. Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. 1968. Disponível em: <<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/convDiscrimina.pdf>>. Acessado em: 20/02/15.

PEREIRA, M. M. Inclusão escolar: um desafio entre o ideal e o real. Pedagogo Brasil o futuro do planeta, 2004. Disponível em <<http://www.pedagobrasil.com.br/educacaoespecial/inclusaoescolar.htm>>. Acessado em 20/02/2015.

SILVA, L. M. G. Educação Especial e a Inclusão Escolar sob a perspectiva legal. In: IV Simpósio Internacional O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente, 2008, Uberlândia. O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente, 2008.

ANEXOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de um estudo intitulado “**Inclusão De Crianças com Necessidades Especiais nas Escolas Municipais de Guarapuava**”. Caso você participe da pesquisa, será necessário que você responda a uma entrevista, que terá duração aproximada de 30 minutos e será anotada em formulário próprio.

Sua participação é fundamental, pois ajudará a entender melhor questões envolvidas na Inclusão De Crianças Com Necessidades Especiais Nas Escolas Municipais De Guarapuava.

Se você sentir qualquer desconforto emocional decorrentes dos assuntos tratados na entrevista, poderá interromper a sua participação sem nenhum tipo de prejuízo para você.

A professora, Marília Pinto Ferreira Murata é responsável por esta pesquisa e a estudante **Flora Chochuk Micheletto** aluna do Curso de Especialização Educação em Direitos Humanos da UFPR, colaboradora e pesquisadora neste estudo, podem ser contratados na Rua Jaguariaíva, 512, bairro Caiobá, cidade de Matinhos, ou pelo telefone (41) 35118320 ou (41) 99652990, nos horários comerciais, para esclarecer quaisquer dúvidas ou informações a respeito desta pesquisa, antes durante e depois deste estudo.

Sua participação neste estudo é voluntária. Se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá solicitar de volta o termo de consentimento livre esclarecido assinado.

As informações relacionadas ao estudo poderão ser utilizadas em atividades acadêmicas, relatórios ou publicação científica, porém isto será feito sem a identificação dos nomes dos participantes, que serão codificados, para que a confidencialidade seja mantida. Pela sua participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro e não terá nenhum tipo de despesa para a realização da pesquisa.

Eu, _____ li o texto acima e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual fui convidado a participar. A

explicação que recebi menciona os riscos e benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação no estudo a qualquer momento sem justificar minha decisão. Eu concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Pontal do Paraná, ____ de _____ de 2015.

(assinatura)

QUESTIONÁRIO

Idade ()

Sexo: F() M()

Local de residência:

Escolaridade:

a)A quanto tempo você leciona? Em quantas escolas?

b)Você recebeu formação para trabalhar com a inclusão em sala de aula?

Sim() Não()

c)Se sim, como foi esta formação?

d)Você encontra condições para trabalhar com este(s) público(s)? Comente.

e) Você já teve alunos inclusos? Como foi sua experiência?

f) Em caso positivo, assinale em que categorias:

() Deficiência Visual (cegueira, baixa visão)

() Deficiência Auditiva (surdez moderada, grave)

() Deficiência Física

() Deficiência Mental

() Distúrbios de Aprendizagem

() Superdotação/ Altas Habilidades

() Outros _____

g) A(s) unidade(s) em que atua esta adequada, digo possui estrutura acessível com rampas, corrimão, banheiros adaptados, corredores e portas mais largas, material escolar adequado?

h) Você recebe ou recebeu apoio da instituição e da unidade mantenedora para trabalhar com alunos de inclusão?

i) Você presenciou algum evento ou incidente que ferisse os Direitos Humanos do público de inclusão na(s) escola(s) que trabalha, ou na comunidade em que vive? Se sim, quais foram estes eventos?

j) Em sua opinião, quais as principais dificuldades no atendimento educacional especializado de alunos inclusos no ensino regular?

k) Você gostaria de tecer mais algum comentário?